

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Segundo a comunicação social nacional, oito famílias com bebés de colo, cujas habitações precárias no Bairro do Talude Militar, na freguesia de Camarate, Unhos e Apelação, foram demolidas pela Câmara Municipal de Loures, há cinco meses, ainda sobrevivem em quartos de pensões, sem condições dignas para dormir e sem uma alimentação adequada.

De acordo com os jornais “Correio da Manhã” e “Setenta e Quatro”, não houve, até à data, qualquer oferta de alternativa habitacional, tendo-se verificado ainda uma atitude persecutória por parte da Segurança Social, assim como a insalubridade dos quartos da pensão onde dormem com os seus bebés.

Nalgumas destas pensões, não existe sequer frigorífico, máquina de lavar roupa ou fogão, ao contrário do que sucedia nas suas antigas habitações precárias, demolidas pela autarquia. De acordo com o jornal “Setenta e Quatro”, as famílias queixam-se de tratamento preconceituoso por parte das assistentes sociais encarregadas de as acompanhar.

Ainda segundo o mesmo periódico, a Câmara Municipal de Loures afirma que a responsabilidade de procurar casa é das famílias, ficando o pagamento das “acomodações” a cargo da Segurança Social, que diz, por sua vez, que a atribuição de habitação social é competência do município.

A 19 de março de 2021, várias máquinas da Câmara Municipal de Loures já haviam entrado no Talude Militar, destruindo algumas destas habitações precárias, tendo dado o prazo de um mês para os restantes moradores abandonarem as suas. Durante esse mês, com o apoio da Habita, da Stop Despejos e da AMRT - Associação para a Mudança e Representação Transcultural – os moradores organizaram-se para impedir a autarquia de levar a cabo as suas intenções. Fizeram um levantamento das pessoas que ainda viviam no bairro e das que perderam a sua casa, entrevistaram em reuniões públicas da Câmara Municipal de Loures e na Assembleia Municipal de Loures, sendo que todas as famílias se candidataram a Habitação Municipal e participaram em diversas assembleias de moradores. Foram recebidos, inclusive, na Câmara de Loures, tendo

obtido o compromisso do executivo autárquico de que as casas remanescentes não seriam destruídas.

Motivados pela denuncia da Habita à data, o Bloco de Esquerda enviou uma pergunta ao Ministério da Habitação a questionar o conhecimento da situação, as medidas que tencionava tomar, bem como os prazos para a resolução deste problema. Até agora, não obtivemos resposta.

Todo este processo, além de uma violência extrema, mostra também o desrespeito a que a Lei de Bases da Habitação está sujeita de forma recorrente. Vitórias importantes têm sido completamente esquecidas: continuam os despejos sem alternativas habitacionais e nunca se cumpre a garantia de que as demolições obedecem a um processo participado com as pessoas que serão prejudicadas e que, através desse processo, têm o direito a uma casa garantido.

Autarquias Locais e Estado central, por várias vezes, têm violado a Lei de Bases de Habitação o que, no entender deste Grupo Parlamentar, é sintomático de como o direito fundamental a uma casa continua a ser esquecido.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Habitação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação?
2. Que medidas tenciona o Governo tomar para encontrar uma solução definitiva para as oito famílias cujas habitações precárias foram demolidas há cinco meses?
3. Quando tenciona tomar essas medidas?

Palácio de São Bento, 28 de setembro de 2023

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)